

Uma "conversa entre ausentes": a epistolografia de Antônio Vieira e a tradição retórica da *Ars Dictaminis*

Antônio Vieira's epistolography and the rhetorical tradition of *Ars Dictaminis*

Ana Lúcia Machado de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Centrado no exame da correspondência do jesuíta Antônio Vieira, tendo em vista sua relação com a tradição retórica do gênero epistolar, este artigo parte da consideração do lugar da escrita de cartas no âmbito da Sociedade de Jesus desde sua origem, considerando o papel de destaque que lhe foi atribuído pelo fundador dessa Ordem, Inácio de Loyola. Em seguida, será examinada a relação da correspondência jesuítica com a longa tradição da *ars dictaminis*, enfatizando a codificação retórica específica do gênero epistolar. Por fim, na análise da epistolografia vieiriana, evidenciar-se-á como o inaciano aplica os modelos de composição escrita prescritos por Loyola, segundo as partes e os estilos tradicionais da correspondência que foram adaptados às necessidades de comunicação da Ordem jesuítica.

Palavras-chave: Antônio Vieira; Epistolografia; Retórica; *Ars dictaminis*

Abstract: Focused on the examination of the Jesuit Antônio Vieira's correspondence, in view of its relation with the rhetorical tradition of the epistolary genre, this article starts from the consideration of the place of letter writing within the Society of Jesus since its origin, considering the prominent role assigned to it by its founder, Ignatius of Loyola. Next, the relationship of Jesuit correspondence to the long tradition of the *ars dictaminis* will be examined, emphasizing the specific rhetorical codification of the epistolary genre. Finally, in the analysis of Vieirian epistolography, it will become evident how the Ignatian applies the models of written composition prescribed by Loyola, according to the traditional parts and styles of correspondence that were adapted to the communication needs of the Jesuit Order.

Keywords: Antônio Vieira; Epistolography; Rethoric; *Ars dictaminis*

Estou a ver-te diante de mim, Lucílio amigo, estou mesmo a ouvir a tua voz;
estou de tal modo perto de ti que já não sei bem se te vou escrever uma carta,
ou apenas um recado para enviar a tua casa.

(SÊNECA, 1991, *Ep.* 55.11)

O presente trabalho se insere em uma investigação mais ampla em torno das letras luso-brasileiras do século XVII, propondo, como metodologia básica, a partir da obra pioneira de Adolfo Hansen, traçar a arqueologia das categorias retóricas, teológicas e políticas vigentes nessa época para tentar evitar os anacronismos recorrentes nas análises fundadas em pressupostos iluministas e românticos. Centrado no exame da correspondência do jesuíta Antônio Vieira, tendo em vista sua relação com a tradição retórica do gênero epistolar, este artigo parte da consideração do lugar da escrita de cartas no âmbito da Sociedade de Jesus desde sua origem, considerando o papel de destaque que lhe foi atribuído pelo seu fundador, Inácio de Loyola. Em seguida, examinarei a relação da correspondência jesuítica com a longa tradição da *ars dictaminis*, enfatizando a codificação retórica específica do gênero epistolar. Por fim, na análise da epistolografia vieiriana, evidenciarei como o inaciano aplica os modelos de composição escrita prescritos por Loyola, segundo as partes e os estilos tradicionais da correspondência que foram adaptados às necessidades de comunicação da Ordem jesuítica.

Pretendo igualmente evitar aqui uma leitura ainda corrente, que considera os documentos epistolares como informação direta neutra, de conteúdo denotativo e referencial simples, sem levar em consideração as prescrições de gênero. Ao contrário, deve-se lembrar, com Alcir Pécora, que “as prescrições são constitutivas dos objetos que produzem”, ou, em outras palavras, “o que as cartas particulares informam está invariavelmente em função do que o gênero prescreve e permite significar” (PÉCORA, 2005, p. 12-13).

Passo a breves considerações acerca do lugar proeminente da epistolografia no âmbito da ordem religiosa a que Antônio Vieira pertencia. Criada em uma época de célere expansão ultramarina (1540), a Companhia de Jesus refletia, em seus componentes e em sua distribuição geográfica, uma espécie de globalização *avant la lettre* que caracterizava aqueles tempos: oriundos de vários países europeus, seus integrantes logo se espalharam não só pela Europa, mas também na Ásia, na África e na América do Sul. Para manter a unidade e a comunicação com o centro romano da Companhia, implantou-se um instrumento fundamental: a correspondência epistolar, “coluna vertebral do corpo inaciano”, nas palavras de Sheila Hue (2006, p. 14). Nas *Constitutiones*, que regulamentam o funcionamento da Ordem jesuítica, evidencia-se a importância que toma a correspondência: “dos anos de noviciado ao exercício dos principais cargos de governo, passando pelos ministérios e missões, tudo é lugar onde a arte epistolar encontra funções bem definidas e relevantes a cumprir (PÉCORA, 2001, p. 26).

Importa igualmente mencionar que o fundador da Ordem jesuítica é autor de uma monumental correspondência, constituída por cerca de sete mil cartas, algumas delas bastante extensas e minuciosas. Loyola estabeleceu uma espécie de “pacto epistolar” com políticos, reis, pensadores, artistas e eclesiásticos, trocando conselhos, preceitos, reivindicações, discutindo

matérias diversas, defendendo os princípios e a legitimidade da Sociedade de Jesus em todos os continentes em que esta se estabeleceu (cf. BETTIOL, 2008, p. 26). Em alguns de seus textos, o religioso espanhol discorria sobre o modo adequado de redigir cartas, conforme se lê no seguinte trecho de caráter metaepistolar:

La carta principal yo la escribo una vez, narrando las cosas que muestran edificación, y después, mirando y corrigiendo, haciendo cuenta que todos la han de ver, torno a escribir o hacer escribir otra vez, porque lo que se escribe es aún mucho mas de mirar que lo que se habla; porque la escritura queda, y da siempre testimonio, y no se pude así soldar ni glosar tan fácilmente como cuando hablamos. (LOYOLA, 1952, p. 687)

Um dos objetivos básicos das cartas jesuíticas era o controle interno da missão pelos superiores da Ordem em Roma, que exigiam relatórios minuciosos sobre a rotina diária dos padres e informações sobre possíveis causas de desânimos e crises. Assim, nesse eficiente sistema de comunicação, missionários disseminados pelo globo enviavam missivas para Roma, as quais eram copiadas e distribuídas pelas missões de modo que todos soubessem o que se fazia nesses variados lugares. Outro objetivo era o reforço do entusiasmo catequético por meio da remessa das cartas para outras missões, em que eram lidas como edificação (cf. HANSEN, 2005, p. 16). Em síntese, essa surpreendente rede de comunicação global em pleno século XVI constituía um poderoso instrumento de informação e de divulgação das atividades da Companhia de Jesus.

Inserindo-se na longa tradição medieval da *ars dictaminis*¹, essas cartas trouxeram a diferença de serem geralmente redigidas em tom um pouco mais coloquial, procurando uma comunicação mais direta, com menos artifícios de retórica ou citações eruditas, e aplicando, segundo Adolfo Hansen (2005, p. 26), “um *aptum* ou *decorum* específico da imitação do oral”. Adotado por Loyola e seus seguidores, o modelo da missiva como conversa entre amigos² e não como discurso elaborado, atraiu o público leitor do período, o que se evidencia pelo grande número de traduções e edições das cartas jesuíticas³, que afirmavam o poder e a expansão da Igreja Católica em tempos de Contrarreforma, além de saciar a curiosidade dos leitores acerca das novidades dos novos mundos (cf. HUE, 2006, p. 18).

É relevante observar a inserção do gênero epistolar na longa tradição da *ars dictaminis*, a descrição medieval da arte de composição em prosa e, mais especificamente, da escrita de cartas, segundo uma prática ligada ao estudo da retórica, tal como foi sistematizada na Idade Média. Sabe-se que a carta também foi utilizada na Antiguidade, mas sem ganhar o estatuto de um gênero de discurso e, por isso, não foi tratada especificamente nas artes retóricas desse período. Em seu estudo sobre a retórica da Idade Média, James Murphy nos informa que só no quarto século da era cristã iniciou-se uma discussão sobre a *epistola*, na obra *Arte retórica*, de Julius Víctor, que a relaciona ao *sermo*, ou discurso informal, considerando-a um tipo de conversação entre pessoas ausentes (MURPHY, 1990, p. 195). Para os propósitos deste trabalho, cabe destacar sua distinção entre dois tipos de cartas: as *negotiales*, que tratam de temas de interesse geral,

1 Para as diversas variações ocorridas no estilo epistolar ao longo do século XVII, ver BEUGNOT, 1994, p. 187-204.

2 Para um exame detalhado da estrutural formal das cartas jesuíticas e de sua ligação com a tradição da *ars dictaminis*, consultar PÉCORRA, 2001, p. 17-68.

3 Uma análise das diversas edições das epístolas inicianas nos séculos XVI e XVII foi feita por LIMA, 1983.

por isso admitem a dissertação, a erudição e os ornamentos, além de uma extensão maior; e as *familiares*, que abordam assuntos particulares, aplicando um estilo mais simples.

Ainda consoante James Murphy (1990, p. 202-203), o nascimento da *ars dictaminis* e seu estilo correlato, denominado *cursus* ou ritmo da prosa, está relacionado ao beneditino italiano Alberico de Monte Cassino, o primeiro a relacionar retórica e escrita de cartas num tratado formal sobre essa nova arte, no século XI, retomando as partes do discurso estudadas por Cícero e articulando-as à composição epistolar. Em suas obras *Dictaminum radii* e *Breviarium de dictamine*, Monte Cassino nos apresenta os elementos centrais dessa arte: a relação da retórica com a escrita epistolar, a padronização das partes de uma carta, a ênfase nas seções introdutória e de saudação com a distinção entre níveis sociais dos destinatários, a inclusão de modelos de cartas e formas oficiais e mesmo o encorajamento da prosa rítmica para a escrita de cartas. No entanto, na síntese de Murphy, “esses tratados ainda demonstram um interesse mais amplo em questões gramaticais e retóricas gerais” (MURPHY, 1990, p. 210).

Alguns anos depois, o centro da reflexão sobre a *ars dictaminis* passou a ser a cidade de Bologna, em que vários autores desenvolveram relevantes trabalhos sobre esse gênero discursivo. Dentre as primeiras teorizações sobre a composição de cartas, no século XII, se destaca a do denominado Anônimo de Bolonha, *Rationes dictandi*, em que se especifica a divisão mais habitual de uma carta em cinco partes: *saudação, captação da benevolência, narração, petição e conclusão* (TIN, 2005, p. 83-101). Para ressaltar o grau de formalidade presente na codificação medieval do gênero, menciona-se que, nesse pequeno tratado, é a saudação que recebe o tratamento mais minucioso, sendo enumerados dezessete tipos de saudação, determinados pela relação estabelecida entre o remetente e o destinatário no âmbito das práticas sociais. Seguem as saudações examinadas nessa obra: 1) de um monarca ao papa; 2) de todo súdito aos prelados, 3) universal ao papa; 4) do imperador a todos os homens; 5) entre eclesiásticos; 6) principalmente aos monges; 7) de prelados a seus subordinados, 8) entre nobres, príncipes e clero secular; 9) de amigos íntimos ou aliados; 10) de súditos aos seus senhores seculares; 11) destes mesmos senhores aos seus subordinados; 12) de senhores a subordinados culpáveis e que ofenderam; 13) de um professor a seu aluno; 14) de um aluno a seu professor; 15) de pais a seus filhos; 16) de filhos a seus pais; 17) de filhos delinquentes aos mesmos pais (TIN, 2005, p. 87-95).

Martin Camargo, ao investigar a evolução do gênero epistolar, busca levantar as razões que provocaram o interesse crescente pela escrita de cartas e a necessidade do surgimento de uma arte autônoma. Em sua avaliação, no período em que surgiram as primeiras *artes dictandi*, o desenvolvimento político e econômico, com a expansão do comércio, provocou um aumento drástico na quantidade e variedade de documentos oficiais requisitados por homens da igreja, da nobreza e cidadãos comuns. A estabilização dos domínios feudais e a emergência dos primeiros estados modernos centralizados acarretaram um volume sem precedentes de correspondência diplomática, registros oficiais e outros documentos. A Igreja, como poder espiritual e temporal, também foi diretamente afetada por essas mudanças e experimentou uma necessidade similar. Tais fatores são evidentes no norte da Itália, onde começou a tradição escrita da *ars dictaminis*. (cf. CAMARGO, 1991, p. 31)

O processo de transição entre a *ars dictaminis* medieval e a epístola humanística iniciou no século XIV, com a redescoberta das cartas de Cícero por Petrarca, primeiramente, e depois por Coluccio Salutati, chanceler de Florença. Outras obras recuperadas no início do século XV foram de grande importância na revisão do gênero epistolar: o texto completo de Quintiliano, o *Brutus*, o *De oratore* e o *Orator*, de Cícero. Com o surgimento de diversas coleções de cartas de humanistas (tais como as de Bracciolini, Ficino, Poliziano e outros) que, ao lado das cartas de Cícero e Plínio, passam a ser apontadas como modelos dignos de imitação, a arte epistolar começa a ter seus preceitos revistos, surgindo vários tratados sobre o gênero. A partir daí, houve uma nova floração dessa arte, de que serão exemplares os trabalhos de Erasmo de Roterdã, *Brevissima formula* (1520), e de Justo Lúpsio, *Epistolica institutio* (1590). Uma característica marcante nessas novas artes epistolares é o abandono de algumas formalidades exigidas na composição medieval, que passaram a ser consideradas excessivas, consoante nos indica Erasmo:

Quão ridículos são aqueles que todas as cartas em saudação, exórdio, narração e conclusão dividem, e pensam que nelas consiste toda arte. Nem sempre é necessário usá-las todas juntamente, nem com frequência inteiramente e, como nos discursos, muitos mudam, conforme o caso, os tempos, a necessidade, a ocasião. (Erasmo *apud* TIN, 2005, p. 118-119)

Cabe destacar, que a eminência do gênero epistolar nas letras humanísticas está em continuidade direta com a tradição medieval, que fizera da carta e do sermão os gêneros principais em prosa, entretanto se evidencia uma ruptura entre a nova retórica epistolar e a que prevaleceu antes, calcada em modelos fixos, consoante nos esclarece Marc Fumaroli (1978, p. 886-905). Em síntese, a atitude de muitos humanistas em relação à tradição medieval da arte epistolar consistia na crítica à rigidez e ao formalismo que essa arte atingira. Essa mesma atitude transparece em algumas metaepístolas de Inácio de Loyola, que comentam os modos adequados de escrever cartas: “o que se escreve é ainda mais de cuidar que o que se fala [...], porque a escrita fica e dá sempre testemunho, e não se pode assim bem emendar ou glosar tão facilmente como quando falamos” (LOYOLA, 1952, p. 686). O inaciano recomenda escrever e reescrever as cartas, no entanto critica o excesso de cuidados formais na escrita das mesmas. Desse modo, o decoro proposto para o gênero no âmbito da Ordem jesuítica era o da composição casual, com o ajuste entre a gravidade do assunto e a simplicidade das palavras; merece menção igualmente a importância assumida pelo caráter (*ethos*) do escritor e pela demonstração de sua autoridade virtuosa para produzir o discurso da edificação⁴.

Passo agora a um breve exame da epistolografia do jesuíta português Antônio Vieira, que ainda não mereceu atenção suficiente por parte da crítica. Como se sabe, esta foi uma prática letrada muito utilizada pelo inaciano no decurso de sua longa vida, desde a sua primeira missiva conhecida, a carta ânua dirigida em 1626 ao Geral da Companhia de Jesus em Roma⁵, até a última, ditada dias antes de sua morte, em 1697, e igualmente endereçada ao Geral dos jesuítas. Além da troca epistolar com membros do clero, Vieira se correspondeu igualmente com figuras

4 Para uma análise detalhada das cartas jesuíticas no Brasil, cf. PÉCORA, 2001, p. 17-68

5 Para uma análise da carta ânua vieiriana, ver: OLIVEIRA, 2008, p. 137-154.

bastante influentes na vida política e diplomática lusitana da segunda metade do século XVII, dentre as quais se incluem reis, membros da família real e da nobreza.

Constituída por cerca de 750 peças, essa copiosa produção textual fornece indicações preciosas sobre o percurso biográfico do autor – lugares visitados, atividades realizadas, relações que manteve – e oferece ainda numerosas informações sobre o tempo em que viveu, segundo o próprio jesuíta afirma em seus últimos anos de vida, em carta a Francisco de Brito Freire: “Que novas darei de mim a Vossa Senhoria, depois de tantos anos, senão que ainda vivo? Parece que me guarda Deus para *testemunha da variedade e mudança do mundo neste século*, depois de ter corrido e visto tanta parte dele” (VIEIRA, 2014, tomo I, vol. IV, p. 445; grifos meus).

Embora tendo motivado, ao longo do tempo, o interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, a correspondência de Vieira ainda aguarda uma edição crítica à altura da sua riqueza e da sua importância para a investigação de questões históricas, teológicas e políticas do século XVII. Destaque-se que a vida portuguesa do período da Restauração aí se encontra registrada: enredos diplomáticos e palacianos, embates políticos e questões religiosas, problemas militares e navais. Além da diversidade dos temas abordados, menciono a grande variedade de lugares em que se encontrava o remetente, que escreveu de Dover, Paris, Haia, Barcelona, Liorne, Roma, Porto, Coimbra, Lisboa, Alcanede, Carcavelos, Bahia ou Maranhão. É igualmente meritório destacar o perfil de seus destinatários, aqui apresentados tendo em vista uma ordem decrescente de distribuição do *corpus* textual entre eles, segundo nos informa Carlos Maduro (2013, tomo I, vol. I, p. 60) em sua introdução ao primeiro tomo da obra completa vieiriana: nobres e diplomatas, clérigos e religiosos, reis e príncipes e, por último, cartas jesuíticas. A esse respeito, o referido estudioso do epistolário vieiriano ressalta uma desproporção assinalável na distribuição dos destinatários, favorecendo os nobres e diplomatas, o que o faz concluir:

[...] Vieira gostava de falar com os homens do mundo acerca das coisas do mesmo mundo, servindo-se da carta para estar a par do que havia de novo. Com efeito, o jesuíta falou de tudo um pouco, na mais genuína tradição da retórica epistolar clássica de uma conversa entre amigos ausentes. (MADURO, 2013, p. 61)

No que se refere à publicação da correspondência de Antônio Vieira, assinale-se que a primeira edição, incompleta e com um texto mutilado pela censura, principalmente nas cartas em que o epistológrafo se refere aos cristãos-novos e ao Santo Ofício da Inquisição, data de 1735, quando se editaram dois tomos, organizados pelo Conde da Ericeira e pelo padre Antonio dos Reis; o terceiro foi dado ao prelo em 1746, compilado pelo padre Francisco Antonio Monteiro. No Prólogo dessa edição, justifica-se a ausência de qualquer critério na ordenação das cartas, a partir de um argumento baseado no método escolhido pelo próprio jesuíta para a organização de seu sermonário tendo em vista o prelo:

[...] não se ordenarão estas cartas pela ordem rigorosa, e cronológica, em que foram escritas [...], porque ainda que os sucessos da vida deste Autor se percebem melhor nesta forma, como ela vai ser observada em cada uma das correspondências que, segundo o

estilo comum, vão separadas, se percebem melhor, sem interromper-se os motivos, e os sucessos. Também não as dividi por matérias, por não alterar a referida suposição; e porque a variedade é mais agradável pelas razões sólidas, que dá o nosso Autor na primeira parte dos seus Sermões, quando no Prólogo se justifica de os não repartir pelas matérias, nem pela ordem dos tempos, e festas do ano. (in: VIEIRA, 1735, s/p.)

Nesse mesmo período, novas cartas foram incluídas nos volumes *Vozes Saudosas* (de 1736) e *Voz Sagrada* (de 1748). Em 1854 e 1855, uma nova edição ampliada, trazendo 511 cartas, compôs os volumes XVI a XIX das *Obras completas* vieirianas, lançadas por J. M. C. Seabra e T. Q. Antunes. Mantinha-se a mesma ordenação da edição anterior, que seguia a ordem em que os originais chegaram à oficina do impressor, apresentando, inclusive, a mesma repetição de textos. Arrumando as cartas em ordem cronológica e, com isso, evitando o problema das duplicações, a edição seguinte foi feita pela Empresa Literária Fluminense, em dois tomos, em 1885. Entre 1925 e 1928, foi lançada uma relevante edição das cartas de Vieira, num total de 719, divididas em três volumes organizados por João Lúcio de Azevedo. Consultando as publicações anteriores, cópias manuscritas das cartas e os originais autógrafos a que teve acesso, o historiador português buscou apresentar uma publicação “menos viciada de imperfeições”, segundo nos esclarece na Introdução, “reduzindo ao paradigma mais recente⁶ as diferentes ortografias de três séculos” (AZEVEDO, 1997, p. XIV).

Durante décadas, essa edição serviu de fonte principal de consulta para leitores e estudiosos da obra missivista do jesuíta. No final da década de 1990, Maria Lucília Pires nos alertou para o fato de que “o estudioso de hoje, bendizendo embora o trabalho emérito do ilustre vieirista que foi Lúcio de Azevedo, tem ainda mais aguda consciência das limitações de sua edição” (PIRES, 1997, p. 21). Dentre estas, ela ressalta o fato de o editor ter seguido frequentemente o texto da primeira edição, publicada “sob as restrições do aparelho censório então em vigor, em casos em que os textos originais eram relativamente acessíveis” (PIRES, 1997, p. 21). Cabe mencionar que até mesmo algumas iniciativas editoriais brasileiras, já no século XXI, referentes à epistolografia vieiriana, apenas reimprimiram os textos fixados e anotados por Azevedo, sem acrescentar novas cartas que foram descobertas desde então.

Destaco a recente tentativa de superar as limitações da edição de Lúcio de Azevedo, com a *Obra completa do Padre Antônio Vieira*, em 30 volumes, dirigida por José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Nessa publicação portuguesa, realizada entre 2013 e 2014, o tomo correspondente à epistolografia do jesuíta compreende cinco volumes, nos quais se apresentam 758 cartas, dispostas cronologicamente, além de alguns textos apócrifos e outros de tipologia vária. Coordenada por Carlos Maduro, a equipe de pesquisadores, da qual participei, reuniu não apenas os textos publicados nas edições anteriores, mas também completou algumas das missivas mutiladas na primeira edição, reuniu cartas dispersas em diferentes publicações, traduziu um conjunto epistolar escrito em latim, que Vieira enviou a seus superiores da Companhia em Roma, e publicou textos inéditos encontrados na Torre do Tombo e no Arquivo da Casa de Cadaval. Mesmo não se tratando de uma edição crítica, essa publicação, segundo nos esclarece o coordenador,

6 Para uma crítica da modernização da ortografia e da pontuação na edição preparada por Lúcio de Azevedo, cf. RÉVAH, 1947, p. 255-270.

fixou os textos com base em um conjunto expressivo de textos autógrafos e, quando estes não estavam disponíveis, foi feito um confronto “com edições manuscritas que se mantiveram muito próximas e muito fieis aos documentos autógrafos” (MADURO, 2013, p. 44).

Esclareço que minha pesquisa mais ampla sobre o epistolário de Antônio Vieira, ainda em fase de elaboração, acompanha a proposta teórico-metodológica de Adolfo Hansen, no minucioso prefácio de sua edição das cartas vieirianas enviadas do Brasil, em que nos oferece orientações precisas para tentar reduzir o anacronismo quase inevitável na retomada de textos seiscentistas em nosso tempo. Em primeiro lugar, em relação ao remetente, deve-se atentar para o fato de que o ponto de vista das cartas, mesmo as familiares que tratam do vivido do remetente, “é o de uma enunciação conformada como racionalidade não-psicológica de um tipo composto por paixões e caracteres subordinados como necessidade à hierarquia” (HANSEN, 2003, p. 21). Considerando que a posição de Vieira como carteador é, antes de tudo, a de um religioso subordinado às diretivas da Companhia de Jesus, o crítico mencionado nos apresenta uma síntese pertinente das diferentes posições institucionais desempenhadas pelo inaciano que estão relacionadas ao decoro que rege suas missivas e aos diferentes matizes retóricos nelas configurados:

Tipo que, noviço, padre, mestre de retórica, teólogo, privado e valido de reis, amigo de aristocratas, inimigo da Inquisição, Superior de missão catequética, defensor de índios, afrontador de colonos, diplomata, orador sacro, profeta, não é uma subjetividade burguesa definida como unicidade de sujeito civil dotada de direitos liberais. Na sua representação como remetente, os interesses da monarquia e da Companhia de Jesus convergem, constituindo-o como tipo dotado de um caráter ou *éthos* principal, *prudência*, [...] que lhe controla o humor colérico legível em afetos secundários como raiva, desgosto, decepção, amargura, ironia. (HANSEN, 2003, p. 21-22)

Na maioria das vezes, os variados temas tratados nas cartas se articulam diretamente aos acontecimentos que marcaram o seu tempo, ao lugar específico em que o remetente se encontrava no ato da escrita ou ao reino de Portugal em termos gerais. Dentre esses temas, se destacam: a invasão da Bahia pelos holandeses, a negociação com a França para formar uma liga anti-Espanha, a negociação com a Holanda para tratar da restituição de Pernambuco, o emprego do capital judaico na criação de companhias de comércio, o combate ao cativo dos índios, as viagens missionárias no Maranhão e Grão Pará, o poder da Companhia de Jesus sobre os aldeamentos indígenas, o processo inquisitorial e a vida no cárcere do Santo Ofício, a crise da lavoura açucareira, a febre amarela, o contrabando de ouro e prata, os preços monopolistas, a corrupção dos mercadores e a miséria dos pobres.

Importa ressaltar, que a faceta fulcral do estilo epistolar vieiriano, sua “simplicidade elegante”, nas palavras de Adolfo Hansen (2003, p. 39), bem como a estrutura formal de suas cartas estão diretamente relacionadas à revisão das determinações convencionais da tradição epistolar que foi operada pelos inacianos, conforme mencionei. Modelar a esse respeito é a obra *L'Arte delle lettere missive* (1674), de Emanuele Tesauro, em que o relevante jesuíta seiscentista faz uma análise minuciosa desse gênero discursivo. Dedicado ao exame da “elegância do estilo”, o quinto livro dessa obra parte da diferenciação entre estilo plano – caracterizado pela

“propriedade e pureza dos vocábulos” – e estilo figurado – “aquele que por obra do Engenho exprime o nosso Conceito com maneira diferente do falar cotidiano e comum” (TESAURO, 1674, p. 231) – para em seguida desenvolver um estudo das diferentes figuras de linguagem que devem ser empregadas nas missivas.

Consoante a orientação eminentemente prática da *devotio moderna* da Companhia de Jesus, alguns preceitos gerais da *ars dictaminis* foram modificados, como, por exemplo, o da virtude retórica da brevidade que, embora invocada e expressa nas cartas jesuíticas, geralmente é substituída pela grande extensão e pela mescla de assuntos, determinadas pela necessidade de aproveitar todas as ocasiões para fornecimento de informações, visto que a troca de correspondência naquele tempo estava sujeita às vicissitudes do tráfego marítimo. Este, aliás, constitui um assunto frequente nas missivas do inaciano português, como se verifica nos seguintes exemplos:

Depois que as frotas nos tornaram a frequentar comunicação do reino, vêm a ser as novas de Portugal como as novidades das árvores, uma vez a cada ano. (VIEIRA, 2013, t. I. vol. IV, p. 427)

Chegaram os navios deste ano muito mais tarde do que costumavam, e com ordem de não se deterem mais que até dia da visitação [...]. (Idem, p. 517)

As repetidas memórias com que Vossa Senhoria é servido [...] de se não esquecer deste seu humilde criado em todas as frotas, só são as que me asseguram de que em Portugal, de onde tenho perdida toda a esperança, ainda há fé e caridade. (Idem, p. 326)

Das partes que constituem a carta vieiriana, que segue a estrutura formal, prescrita para o gênero na reciclagem inaciana da tradição, o exórdio tem merecido destaque em meu trabalho. O modelo é o usual na época: após a breve *salutatio* que abre o discurso, busca-se angariar a disposição afetiva do leitor para a narração que virá a seguir. Nesse passo, Vieira utiliza diversos recursos: afeta modéstia e humildade diante dos destinatários (“Se Vossa Mercê dentro nesta carta, de que me fez favor, me mandara a pena com que foi escrita, pudera eu responder na mesma consonância superior, em qualquer outro estilo a toda a imitação”; *ibid.*, p. 346), ressalta a longa espera até a chegada da carta do correspondente (“Grande suspensão é que as frotas nos façam anual a correspondência, e muito maior pena e desgosto quando chegam sem carta, como nesta me aconteceu”, *ibid.*, p. 329), evidencia a satisfação de sabê-lo com saúde ou o pesar por suas doenças (“Sempre que as frotas me trouxerem uma carta de Vossa Senhoria, com as boas-novas da saúde de Vossa Senhoria que nesta recebi, terá o achaque mortal da minha velhice o alívio que outras nos não trazem”, *ibid.*, p. 424); com frequência, expressa ainda sua expectativa de que a correspondência não se interrompa e seja copiosa. Tais recursos – constante forma de *captatio benevolentiae* empregada pelo jesuíta, centrada na reflexão sobre a própria correspondência e com constantes referências à frota que facultava a troca epistolar com a Europa, conforme mencionado anteriormente – evidenciam o lugar da carta como dramatização da partilha de vivências e afetos entre ausentes. Exemplifico com a missiva a Diogo Marchão Temudo, de 8 de agosto de 1684:

Meu senhor. – Para poder ao menos fazer esta via por mão própria, a reservei para os últimos dias em que está decretada a partida da frota; e, se eu não a pudera carregar toda de quantos gêneros de expressões cabem no agradecimento, nem meu coração ficara satisfeito, nem o que devo a Vossa Mercê, provado com tantas obras e declarado com tantas palavras, bastantemente correspondido. [...]. (VIEIRA, 2013, t. I. vol. IV, p. 316)

Desse modo, o caráter negocial, público, das cartas vieirianas não dispensa os aparatos implicados em uma ideia de encontro amigável muito esperado e, por isso, atento ao registro afetivo, que inscreve na carta um temperamento, como o recomendam os preceptistas da *ars dictaminis* de viés humanista. Nas palavras de Alcir Pécora, “o que se inscreve na carta, assim, seja qual for o seu conteúdo, é a comunicação instantânea de afetos acesos nas letras, a confirmação dos bons termos mantidos entre os interlocutores, quando não da amizade e da aliança política entre eles” (PÉCORA, 2001, p. 21).

Em 1693, Vieira pretendeu cessar as relações epistolares, deixando de responder a seus carteadores europeus, mas estes não lhe aceitaram o silêncio e continuaram a escrever. Por esse motivo, no ano seguinte, enviou uma “circular à nobreza de Portugal”, em cujo exórdio ele reflete de forma magistral acerca da prática da conversação:

É cousa tão natural o responder, que até os penhascos duros respondem, e para as vozes têm ecos. Pelo contrário é tão grande violência não responder, que aos que nasceram mudos fez a natureza também surdos, porque se ouvissem, e não pudessem responder, rebentariam de dor. (VIEIRA, 2013, t. I, vol. IV, p. 499)

Afirmando que lhe coube “esperar reciprocamente que a resposta de meu silêncio fosse tão muda como ele”, o que não ocorreu, o jesuíta completa agudamente o seu raciocínio: “E porque eu, em não escrever, fui mudo como morto, agora com o espaço de um ano e meio é força que fale como ressuscitado” (idem, *ibid.*).

Mesmo pedindo a todos os seus correspondentes usuais, nessa missiva coletiva, “que a pena de não responder às cartas se me comute na graça de não as receber daqui por diante” (idem, *ibid.*), o jesuíta não persistiu totalmente nesse propósito de abandonar a prática de carteador. Para um temperamento “ávido de expansões” como o seu (essa expressão é de Lúcio de AZEVEDO, 2008, p. 304), tal propósito de cortar os laços com a Europa não se sustentou por muito tempo e, nos últimos três anos de vida, Vieira ainda manteve essa conversação à distância com poucos destinatários, tais como a rainha D. Catarina de Inglaterra e seu confessor, o padre Manuel Pires; o Duque de Cadaval e seu secretário, Sebastião de Matos e Souza.

Em uma delas, destinada ao jesuíta Manuel Pires, após mencionar que se acha acometido por um “tropol de moléstias”, reafirma, em tom metafórico e patético, sua lealdade à monarquia portuguesa: “debaixo destas *quase apagadas cinzas da vida*, está vivo, firme e ardentíssimo o desejo de poder prestar para qualquer mínimo aceno do agrado de Sua Majestade, não só com o préstimo próprio, senão também com o alheio” (VIEIRA, 2013, t. I, vol. IV, p. 518; grifos meus).

Escrita em latim e endereçada ao Padre Geral da Ordem jesuítica, sua última carta conhecida data de 12 de julho de 1697, poucos dias antes de sua morte. Nela Vieira, mencionando sua

“velhice que se vai declinando ao seu ocaso” (t. I, vol. IV, p. 527), se refere à doença que padeceu no ano anterior, que lhe “roubou quase por inteiro as faculdades da vista e do ouvido” (idem, *ibid.*), mas que não o impediu de cumprir a promessa feita à Rainha acerca da preparação de sua obra sermonística para publicação: “ditando o duodécimo volume dos Sermões, que agora remeto a Portugal para se imprimir” (idem, *ibid.*). Nessa carta, publicada pela primeira vez apenas em 2013, o jesuíta também fornece importantes informações acerca da elaboração da obra profética à qual se dedicou durante vários anos, a *Clavis Prophetarum*, que permaneceu inédita até 2009, quando foi publicada integralmente em sua versão original em Latim. Leiamos:

Às lucubrações que, há muitos anos, venho assiduamente meditando sobre a consumação do Reino de Cristo na Terra se tem comigo dedicado esforçadamente o Padre Antônio Maria Bonucci, a quem, com permissão do Padre Provincial, escolhi por único capaz de padecer tão custoso trabalho [...]. Amparado aos préstimos e à dedicação deste homem, espero, no ano que vem [...], pôr o remate a esta dissertação tão longamente escondida. (VIEIRA, 2013, t. I, vol. IV, p. 527)

As observações anteriores me permitem concluir, com Adolfo Hansen, que, “por mais personalista [...] que possa parecer a posição do remetente dessas missivas – e *Vieira é sempre uma tempestade de homem* –, trata-se, antes de tudo, da posição de um *tipo* religioso subordinado às diretivas da Companhia de Jesus” e não de “uma subjetividade burguesa” (HANSEN, 2003, p. 21-22; grifos meus). Em síntese, no autorretrato multifacetado do missivista, que se deixa entrever no amplo arco temporal coberto por sua prática epistolar, encontramos várias figurações de Antônio Vieira, sempre sobredeterminadas por sua imagem pública como religioso.

Finalizo este texto reiterando a importância que o jesuíta atribuía à sua correspondência, na qual, nas palavras de Isabel Almeida, ele “não deixava de se representar ou de opinar com a arguta consciência de que também nesses papéis viajava a sua assinatura e se moldava a sua efígie” (ALMEIDA, 2008, p. 106). Aos leitores, deixo, portanto, um convite para a leitura das cartas de Antônio Vieira, tão obscurecidas pelo sucesso obtido por seus sermões quanto iluminadoras de importantes facetas de sua vida e de sua obra, bem como de aspectos decisivos da história do século em que viveu.

Referências

ALMEIDA, Isabel. *Vieira: questões de afectos*. **Românica** n° 17. Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

AZEVEDO, João L. de. **História de Antônio Vieira**. 2 t. São Paulo: Alameda, 2008.

AZEVEDO, João L. de. Introdução. In: VIEIRA, Antonio. **Cartas**. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1997, vol. I, p. IX-XVI.

BETTIOL, Maria Regina B. **A escritura do intervalo: a poética epistolar de Antônio Vieira**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2008.

BEUGNOT, Bernard. **La mémoire du texte**. Essais de poétique classique. Paris: Honoré Champion, 1994.

CAMARGO, Martin. **Ars dictaminis. Ars dictandi**. Turnhout: Brepols, 1991.

FUMAROLI, Marc. Genèse de l'épistolographie classique: rhétorique humaniste de la lettre, de Pétrarque à Juste Lipse. **Revue d'Histoire littéraire de la France**. 78e année, n. 6, La Lettre au XVIIe Siècle (Nov. - Dec., 1978), pp. 886-905.

HANSEN, João A. Introdução. In: VIEIRA, Antônio. **Cartas do Brasil**. Organização de João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003. p. 7-74.

HANSEN, João A. A escrita da conversão. In: CONSTIGAN, Lúcia H. (org.) **Diálogos da conversão**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

HUE, Sheila Moura. Introdução. In: HUE, Sheila Moura. **Primeiras cartas do Brasil: 1551-1555**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

LIMA, Durval P. de. As cartas dos jesuítas. **Separata da Revista da Biblioteca Nacional** n° 1-2. Lisboa, 1983, p. 215-243.

LOYOLA, Inácio de. **Obras completas de San Ignacio de Loyola**, vol. 15. Madri: La Editorial Catolica/Biblioteca de Autores Cristianos, 1952.

MADURO, Carlos. Introdução geral à epistolografia. In: VIEIRA, Antonio. **Obra completa Padre Antonio Vieira**. Dir. José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013, tomo I, vol. 1.

MURPHY, James J. *Ars dictaminis: the art of letter-writing*. In: MURPHY, James J. **Rhetoric in the Middle Ages**. A History of Rhetorical Theory from Saint Augustine to the Renaissance. 6^a ed. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1990.

OLIVEIRA, Ana L. de. As diferentes versões da Carta ânua de Antônio Vieira. **Ideação: Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Filosóficas da Universidade Estadual de Feira de Santana**. Feira de Santana, vol. 2, n. 20, jul./dez. 2008, p. 137-154.

PÉCORA, Alcir. A arte das cartas jesuíticas no Brasil. In: PÉCORA, Alcir. **Máquina de gêneros**. São Paulo: EdUSP, 2001.

PÉCORA, Alcir. Velhos textos, crítica viva. In: TIN, Emerson (org.). **A arte de escrever cartas**. Campinas: Ed. Unicamp, 2005. p. 11-15.

PIRES, Maria Lucília G. A epistolografia de Vieira. Perspectivas de leitura. In: MENDES, M. V.; PIRES, M.L. & MIRANDA, J. da C. (org.) **Vieira escritor**. Lisboa: Cosmos, 1997, p. 21-30.

RÉVAH, I. S. Petite contribution à la future édition des lettres du Père Antonio Vieira. **Bulletin des Etudes Portugaises et de l'Institut Français au Portugal**, t. XI. Coimbra: Coimbra Editora, 1947, p. 255-270.

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 190)

TESAURO, Emanuele. **L'Arte delle lettere missive**. Torino: Bartolomeo Zapatta, 1674. Texto disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_EHfbMiyihX4C

TIN, Emerson. **A arte de escrever cartas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

VIEIRA, Antônio. **Cartas do Pe. Antonio Vieira da Companhia de Jesus**. Lisboa Ocidental: Oficina da Congregação do Oratório, 1735-1746. 3 vol.

VIEIRA, Antônio. **Cartas do padre Antonio Vieira**. Lisboa: J. M. C. SEABRA e T. Q. Antunes, 1854-1855. 4 t., 2 vol.

VIEIRA, Antônio. **Cartas**. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1997. 3 vol.

VIEIRA, Antonio. **Obra completa Padre Antonio Vieira**. Dir. José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013-2014. 30 vol.